

Concurso pela Prevenção da Exploração do Trabalho Infantil lançado na Amadora

Intervenções em 2001



Associação Cultural Moinho da Juventude, no Bairro da Cova da Moura, na Amadora, foi o local escolhido pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade e pelo Instituto Português da Juventude para lançar o Concurso pela Prevenção da Exploração do Trabalho Infantil. Casos recensados em Portugal são mais de 43 mil e a Área Metropolitana de Lisboa não é excepção. Com a construção civil e as limpezas domésticas a dominar o mercado.

de Beatriz Gonçalves

A criança tem o direito de ser protegida contra a exploração económica, ou seja, a trabalhos perigosos ou a sua utilização ou produção a sua saúde e a seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social. Cabe ao Estado assegurar essa protecção através de medidas adequadas", reza mesmo o Artigo 24.º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. No entanto, a Administração Central assume as dificuldades na luta contra a exploração do trabalho infantil e prepara-se mesmo para a futura queima das crianças que existem nos locais para diminuir projectos de prevenção que possam afectar mais de 43 mil crianças e jovens em Portugal. "No Inquérito às famílias com menores em idade escolar, realizado em Outubro de 1998, 19 mil famílias reconheceram a existência de trabalho infantil, mas eram 43 mil os jovens que se dizem afectados desse trabalho.

Porque nem sempre os filhos têm noção que o estão a fazer", confessou mesmo Miguel Fortes, na passada segunda-feira, na Associação Cultural Moinho da Juventude, no Bairro da Cova da Moura, na Amadora, local escolhido para o lançamento do Concurso de Prevenção da Exploração do Trabalho Infantil, iniciativa conjunta do Instituto Português da Juventude (IPJ) e do

Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI) do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Apoios são poucos

As várias associações de apoio, até 28 de Outubro, a apresentação de projectos para acções de prevenção da exploração do trabalho infantil. Propostas que serão avaliadas por um júri no

nível nacional", refere mesmo Catalina Pestana, directora do PEETI. "Esperamos projectos executivos, também para motivar as famílias, para podermos erradicar todas as formas de trabalho infantil".

O Concurso pela Prevenção da Exploração do Trabalho Infantil é a primeira iniciativa conjunta do PEETI com o IPJ. "A ideia do concurso tem a ver, e este caso aqui na Amadora é pa-



meses de Novembro e Dezembro. Para que as primeiras noções no terreno possam avançar já no primeiro semestre de 2001. "Vamos promover 18 concursos nos 18 distritos do continente. Serão aprovados um por distrito. Mas um concurso a

radigático, com o facto destas associações estarem muito bem inseridas na comunidade local e conseguirem, com poucos meios, desenvolver projectos e conseguir grandes resultados", confessa Pedro Metreles, presidente da comissão ex-

ecutiva do IPJ. "Ninguém está à espera de dependentes de dinheiro. Antes pelo contrário. Porque os momentos financeiros que estão em jogo são de muito elevados". "Temos mil estudos para as associações locais e um milhão de escudos para a intervenção social. Manjaneques conseguidos apenas para o município em que se ficou. "Estamos perante uma dimensão experimental. A ideia é apoiar associações que referem a sua sensibilidade perante estas situações", confessa Paulo Pedrosa, secretário do Estado do Trabalho e Formação, também presente na Amadora. "Esta fase, estamos essencialmente a preparar boas condições. Há esperança e a mobilização nos municípios vai-se há condições para afectar mais recursos no futuro". A hipótese está em aberto. "No regulamento, prevê-se mesmo que, no caso das propostas serem de excepcional qualidade, os valores possam ser aumentados. Não é a falta de apoio que vai impedir a concretização, por isso os apoios virgãos", promete Filipe Freitas.

Bola de cristal

Preocupado é também a situação do concelho. Com perto de dois mil alunos em vias de abandonar o sistema de ensino nos próximos meses, "Crianças que vão desistir para a marginalidade ou para a exploração do trabalho infantil", lamenta Joaquim Raposo, presidente da Câmara Municipal de Amadora, que aproveitou a ocasião para pedir ao Governo um tratamento de excepção

para o concelho de Lisboa

para o concelho e para criticar o Ministério da Educação pela falta de apoio em relação a um projecto de intervenção para crianças e jovens entre os 12 e os 15 anos.

Trabalhos de casa

Problema maior continua a ser o recurso de mão-de-obra infantil na construção civil e no calçado. "Neste momento, é mais na construção civil. Porque as grandes empresas de calçado já não recorrem ao trabalho infantil", refere Catalina Pestana. "São mais pequenas empresas deslocalizadas e sobretudo no trabalho doméstico. Adultos que vão buscar roupa e calçado e levam para casa para os crianças lá ir fazerem". Também aqui porque a Inspeção-Geral do Trabalho de entre em comissão prevista.

Na Área Metropolitana de Lisboa a construção civil e as limpezas que preocupam os responsáveis. A Amadora não é excepção. "Há aqui muitos casos desses", confessa Anabela Rodrigues, coordenadora do Gabinete Jurídico da Associação Cultural Moinho da Juventude. "Para mim, um trabalho com 15 anos que trabalhe nos obras, ou uma criança com 16 anos que faça limpezas, é trabalho infantil. E isso aqui acontece muito. Porque é preciso levar dinheiro para casa e as limpezas podem mesmo funcionar como parte dele. Não temos vontade de ir para essa situação, mas as obras também se são mais abundantes, porque se ganha bastante. Embora não seja um trabalho que se faça por gosto".

"Saltem para os telhados"

MOMENTO forte dos debates que marcam a 2.ª cerimónia de lançamento do Concurso de Prevenção da Exploração do Trabalho Infantil foram a escola e as palavras de revalia de Catalina Pestana, directora do Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI) do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, com a intervenção da ministra da Administração Interna, Fátima Gomes, a fim de lançar o posicionamento da Linha de Cascais no seguimento dos recentes desastres em várias comarcas. "Estou na Cruz Quebrada e confesso que estou com pouca paciência para esse tipo de discursos. Não é aqui que se resolve um problema de base de 100 anos. Porque há toneladas de sobrelotação por trás desse clamor de atenção. Muitas formas de exclusão. É preciso que vocês saltem para cima dos telhados e gritem. Perguntem aos jovens que também não é esse que é o meu e o problema deles".